

A situação dos trabalhadores na Alemanha e no Brasil de 1871 a 1914

Mercedes Gassen Kothe

Introdução

A partir de 1870, a imigração europeia tomou vulto no Brasil em função de uma possível libertação dos escravos a curto prazo, e devido ao aumento consecutivo das áreas de plantação de café na província de São Paulo. Ainda que pouco divulgados, já foram realizados diversos estudos sobre as condições de trabalho a que os imigrantes tiveram de se sujeitar nas fazendas e nas colônias oficiais, bem como sobre as condições de residência e de trabalho nas fábricas de São Paulo e Rio de Janeiro. Dentre as principais obras podemos destacar:

Warren Dean: *Rio Claro -- um sistema brasileiro da grande lavoura 1820-1920*. Faz um estudo aprofundado sobre um dos principais centros da produção de café, mostrando os salários dos trabalhadores na fazenda Santa Gertrudes, de 1886 até 1915, e os conflitos decorrentes do endividamento dos colonos, que muitas vezes fugiam para escapar à servidão pela dívida.

Thomas H. Holloway: *Emigrantes para o café*. Examina a contribuição dos imigrantes para o aumento da produção cafeeira e suas condições de mobilidade social. Apresenta os salários dos colonos no município de São Simão e de áreas

vizinhas. Baseado em relatórios da Secretaria de Agricultura de São Paulo, defende a tese de que as famílias tinham condições de alcançar bons rendimentos anuais nas plantações. Não apresenta, no entanto, o montante das despesas com que elas tinham de arcar.

Sheldon Leslie Maran: *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro*. Destaca, no capítulo VI, o salário e a jornada dos trabalhadores da indústria têxtil no Rio de Janeiro, e o montante das despesas com que tinha de arcar. Chega à conclusão de que o salário não era suficiente para o sustento do trabalhador e de toda a sua família.

Paula Beiguelman: *A formação do povo no complexo cafeeiro*. Trata da situação dos diferentes segmentos de trabalhadores nas fazendas, como os imigrantes, os libertos e os nativos. Enfatiza a diferença da capacidade produtiva dos diferentes grupos. Não apresenta dados sobre os ganhos e despesas dos trabalhadores. Discorre sobre o trabalhador urbano, as condições de moradia, os principais ramos industriais existentes em São Paulo e sua localização.

Brasílio Sallum Júnior: *Capitalismo e cafeeicultura — Oeste paulista 1888-1930*. Mostra os pagamentos recebidos pelos trabalhadores na formação do cafezal e os valores que eram pagos por pé de café plantado, o valor pago por dia de trabalho, bem como o montante das despesas do fazendeiro com os trabalhadores.

Verena Stolke: *Cafeicultura — homens, mulheres e capital (1850-1980)*. Aborda a evolução das relações sociais e o modo de vida dos trabalhadores. Apresenta gráficos com os salários pagos aos trabalhadores da cafeeicultura em diversas áreas do interior paulista.

Os trabalhadores na Alemanha

Em primeiro lugar, é preciso avaliar a situação dos trabalhadores do campo e operários na Alemanha, para tentar entender os motivos que levaram milhares à emigração a partir de 1871, quando ocorreu a unificação alemã e se iniciou um acelerado processo de industrialização, enquanto que no Brasil, com o surgimento da Lei do Ventre Livre, no mesmo ano, prognosticava-se o fim do sistema escravocrata. Já em 1871, o governo brasileiro passou a financiar cada vez mais a entrada de imigrantes europeus, após tentativas frustradas de imigração chinesa. Além de se continuar o fomento à imigração alemã, iniciou-se nesse período a imigração em larga escala de italianos.

O Brasil ocupou, depois dos Estados Unidos, o segundo lugar na preferência dos imigrantes, tendo a maioria se localizado no Estado de São Paulo, onde se estabeleceram como trabalhadores nas fazendas de café ou se dedicaram a atividades autônomas, como ferreiro, marceneiro, carpinteiro e pintor nas vilas e cidades. O segundo lugar de preferência no Brasil foi o Rio Grande do Sul, onde se estabeleceram em pequenas propriedades, implantando o sistema de policultura, mas se dedicaram também a atividades autônomas, algumas das quais se transformaram em indústrias de base familiar.

À medida que a Alemanha ia avançando no processo de industrialização e se fortalecia o movimento sindical, foram sendo introduzidas melhorias nas condições do trabalho fabril. Houve a regulamentação do trabalho de menores nas fábricas, proibiu-se para eles a jornada noturna e reduziram-se as horas de atividade. Para os operários em geral, diminuiu-se aos poucos, no final do século XIX, a extensa jornada de trabalho:

A jornada dos operários da indústria foi gradualmente reduzida, com mais sucesso nos ramos industriais melhor organizados, de modo que, em 1890, a jornada de 12 horas, em torno da qual se lutava há três décadas, já era considerada excepcionalmente longa. A jornada de 11 horas estava bastante difundida, existindo em parte a de dez horas.¹

Menos horas de trabalho com mais produtividade não significou, no entanto, logo melhoria salarial para os trabalhadores: aumentou em grande escala o trabalho das mulheres e dos jovens. Wehler, analisando o nível dos salários dos trabalhadores, registra:

Comparando-se o crescimento real, de 1890 a 1914, na Grã-Bretanha, França, Suécia e Estados Unidos, onde ele aumentou em média 4%, com o do Reich alemão, onde houve um aumento anual de 1%, os salários reais alemães permaneceram bastante atrás.²

Mediante esses dados, pode-se avaliar a situação dos trabalhadores alemães, bem como as causas que fizeram com que as mulheres e jovens se pusessem à procura de trabalho, ainda que pelo mesmo serviço recebessem salário menor que os homens. A mão-de-obra feminina e juvenil tornou-se a solução familiar para que os trabalhadores pudessem manter um nível de vida mínimo. Nem por isso as famílias deixavam de cumprir a obrigação de enviar os filhos à escola. Isso também ocorreu com os trabalhadores do campo, fazendo com que a Alemanha, nas últimas décadas do século XIX, apresentasse um elevado coeficiente de escolaridade. Após 1870, chegavam praticamente a 100% os que sabiam ler e escrever, ainda que as crianças da zona rural, não raras vezes, só tivessem conhecimentos precários.³

Isso representava uma quota elevada, mesmo em nível europeu. Essa preocupação com a escolarização dos filhos foi trazida pelos emigrantes alemães para o Brasil, onde, embora bastante isolados, encontraram um quadro social praticamente antitético, em que, nas cidades, as pessoas mais pobres, e muitas vezes até mesmo da classe média, não sabiam ler, enquanto no campo a situação era ainda mais precária. Segundo dados do recenseamento de 1900, 74,5% da população brasileira era analfabeta; pelo recenseamento de 1920, o analfabetismo aumentou para 75,5%.⁴

Na Alemanha, ocorreu também um considerável aumento da população, que, em 1890, era constituída por 49,2 milhões de pessoas e, em 1913, apesar das emigrações, já chegava a um total de 67 milhões.⁵ Esse aumento ocorreu principalmente entre a população do campo, assim como houve um aumento geral da expectativa de anos de vida. Como as possibilidades de atividade na área agrícola eram limitadas, e algumas temporárias, o emprego de pessoas também foi reduzido com o uso cada vez mais intenso de máquinas agrícolas. Como não havia condições de empregar toda a população campesina, restava como alternativa básica para esse excedente a migração para a cidade e a emigração.

Já em 1910, a grande maioria vivia nas cidades. A migração campo — cidade na Alemanha deve ser analisada como decorrente da atração que as cidades ofereciam com maiores possibilidades e alternativas de emprego. Um fator básico de migração e de emigração do campo eram as dificuldades de sobrevivência na área rural, causadas tanto pela falta de terras a serem trabalhadas, quanto pelo excesso de mão-de-obra no campo, problema ainda agravado devido à constante imigração de trabalhadores do Leste europeu, às más colheitas, aos baixos salários e aos reduzidos preços dos produtos agrícolas.

A partir de 1892/93, por pressão dos industriais, ocorreu uma redução das taxas alfandegárias para os produtos agrícolas, mas foi mantido um sistema de proteção alfandegária em favor da indústria. Essas medidas, adotadas para reduzir as conseqüências da crise econômica de 1891/93, acabaram originando a criação da Liga dos Ruralistas, que, em 1893, exigiu maior controle alfandegário e restrição à liberdade dos trabalhadores do campo, pois os proprietários sentiam-se prejudicados pela baixa dos preços de seus produtos e a constante migração de camponeses.⁶ Estes não queriam sujeitar-se à incerta condição de trabalhadores sazonais, principalmente na Prússia ocidental, devido à absoluta falta de perspectivas, conforme observou Max Weber, em sua Conferência Acadêmica Inaugural em Freiburg, no ano de 1895:

Resta-lhes como perspectiva uma existência puramente proletária, mas sem a possibilidade de conseguirem autonomia financeira, que enche de orgulho o operariado industrial concentrado nas cidades.⁷

Esses indivíduos, que migravam do campo para a cidade, aumentavam o exército industrial de reserva, que fazia, por sua vez, baixar os preços dos salários ou servia para mantê-los baixos. A existência de um constante exército de reserva tinha e tem por função dividir os interesses da classe trabalhadora, o que ocorria com tanto mais força quanto melhor os monopolistas conseguiam importar trabalhadores estrangeiros de países atrasados, com um movimento operário apenas fracamente desenvolvido e baixo nível de exigências.⁸

Essa mão-de-obra pouco qualificada provinha, em sua maioria, dos países do Leste europeu, dirigindo-se para os países mais desenvolvidos, entre eles a Alemanha. Ela não era sistematicamente importada, ao contrário do que ocorreu no Brasil, onde a oligarquia, representada pelo governo e pelos

proprietários de terras, com uma indústria ainda pouco representativa, necessitava de trabalhadores para as atividades agrícolas, tendo voltado os seus interesses para países europeus e mais tarde para asiáticos, a fim de importar mão-de-obra, inclusive recebendo ajuda do governo no financiamento dos custos do transporte e alojamento até que acertassem emprego.

Para os países desenvolvidos da Europa, tal imigração ia ocorrendo naturalmente, com o objetivo básico de procurar melhores condições de vida. Seus governos, atendendo aos interesses da burguesia, acabavam não colocando maiores barreiras para o trabalhador estrangeiro, pois este atuava como mola de pressão entre o trabalhador nativo e o empresário, fazendo com que as reivindicações dos trabalhadores quanto a melhorias salariais não fossem atendidas: o salário de um trabalhador alemão era, em média, de 600 a 700 marcos.⁹ Esse valor era considerado insuficiente para o sustento de uma família constituída por quatro pessoas. Isto ocorria no final do século XIX, quando muitas pessoas no campo recebiam apenas entre 300 e 400 marcos, enquanto outras recebiam até 900 marcos. Entre elas constavam trabalhadores agrícolas e trabalhadores da área florestal, que afirmavam em um memorando impresso:

Os salários não são em moeda, uma parte deles é em forma de produtos naturais. A qualidade e a quantidade destes dependem da boa vontade dos proprietários de terras.¹⁰

Nessas condições, muitos trabalhadores, insatisfeitos, tentavam a vida em outro lugar, iam "fazer a América": acabaram, de fato, construindo a América. A Alemanha perdia mão-de-obra qualificada e recebia mão-de-obra menos qualificada. O modelo capitalista selvagem vigente era — como é no Brasil ainda hoje — de aumento da taxa de lucro mediante a re-

dução dos custos, obtida principalmente por meio de salários baixos, ao invés de ser centrada no aumento da produtividade e no reforço do mercado interno mediante salários mais elevados.

Para os trabalhadores alemães, a opção de se dirigir ao Brasil não pode ser considerada como a alternativa mais inteligente de procurarem melhorar a sua situação financeira. Pode-se entender, no entanto, que tenham sido atraídos por miragens e pela passagem financiada pelos cafeicultores ou pelo governo paulista e federal. Para os camponeses alemães, principalmente os do leste do rio Elba, que se dirigiram para o Sul do Brasil e conseguiram adquirir terras, estabelecendo-se como colonos, a escolha pode ser considerada uma alternativa menos ruim, pois ficaram livres do jugo dos grandes proprietários: os fazendeiros da região do pampa, abaixo do Jacuí, encontravam-se bastante longe das áreas de colonização.

Os trabalhadores no Brasil

Apesar do surgimento da Lei de Locação de Serviços, de 1879, que regia o trabalho agrícola, e da libertação dos escravos, em 1888, praticamente não se alterou a situação dos trabalhadores na cafeicultura em São Paulo, o que pode ser atribuído às crises do café e ao desrespeito dos cafeicultores para com os trabalhadores livres. Tal atitude continuou a ser adotada por alguns proprietários durante as primeiras décadas do século XX. Em um estudo feito em 1925, numa fazenda de São José do Rio Pardo, no Estado de São Paulo, Willems constata:

(...) aos colonos era proibido saírem da fazenda sem autorização, eram multados em 50\$000 se comprassem gêneros numa venda que não a da fazenda; havia cen-

sura postal, alguns trabalhadores alemães tiveram de pagar multas de 10\$000 porque tinham caído o interior de suas casas e introduzido chaminés sem pedirem autorização. Os trabalhadores recebiam 5\$000 por dia de trabalho, embora o combinado tivesse sido 8\$000.¹¹

Tais queixas não eram novas, e nem as atitudes tomadas pelos cafeicultores para com os trabalhadores, pois elas já ocorriam na década de 1850 no sistema de parceria, isto é, logo após o sistema ter sido introduzido. Outro motivo de descontentamento dos trabalhadores em São Paulo foi que o salário nem sempre era pago em moeda, tendo eles muitas vezes de aceitar, ao invés do dinheiro, produtos vendidos na fazenda. Sua situação tornou-se mais difícil a partir do início do século XX, quando muitos fazendeiros, em virtude da crise do café, sob a alegação de estarem preocupados com a conservação do solo, já não permitiam mais as culturas de gêneros alimentícios entre as plantações de café, prática comum no século XIX.¹²

Com isso, não restava outra alternativa aos trabalhadores senão se sujeitarem às condições impostas, adquirindo todos os gêneros na própria fazenda, ou então procurar trabalho em outras, que não adotassem tal política, bastante generalizada. A maioria dos imigrantes não tinha conseguido juntar capital suficiente para poder voltar à Europa ou adquirir um lote nas colônias oficiais, em que poderiam produzir o próprio sustento.

Wiegand, diretor do Norddeutsche Lloyd, empreendeu uma viagem ao Brasil em 1894, para verificar as condições de desenvolvimento dos imigrantes alemães. Em seu relatório, ele descreveu a situação encontrada em São Paulo:

Os trabalhadores alemães encontrarão trabalho vantajoso na plantação de café no Brasil Central, mas a

emigração alemã para lá proíbe-se do ponto de vista de que o trabalhador que chega ao país dificilmente encontra oportunidades para conseguir adquirir uma propriedade e, com isso, os meios de sua subsistência econômica: ele acabará se tornando, para o resto da vida, um assalariado dos grandes proprietários.¹³

Essa avaliação foi levada em conta pelo governo alemão, por ocasião da eliminação do Decreto van der Heydt, em 1896, para os três Estados sulinos: ele continuou valendo para os demais Estados brasileiros. O decreto havia sido instituído em 1859 pelo governo prussiano: proibia a emigração de alemães para o Brasil, devido às constantes queixas de maus-tratos nas fazendas de café. Visava ainda atender, em parte, à solicitação de grandes proprietários a leste do rio Elba, que se queixavam quanto à falta de mão-de-obra. O relatório de Wiegand pode, inclusive, ser considerado um dos principais subsídios para a concretização desse decreto.

Como diretor de uma das mais importantes companhias de navegação, Wiegand poderia ter ocultado os aspectos negativos e apresentado um quadro de progresso dos imigrantes, pois a sua empresa teria tido grandes lucros com o transporte de passageiros, caso os alemães tivessem também podido ir livremente para São Paulo ou outras regiões que não as do Sul. Ao invés disso, apresentou com clareza a real situação e a falta de perspectivas dos imigrantes nas fazendas de café em São Paulo, situação que também não melhorou no decorrer dos anos, pois entravam regularmente novos imigrantes, nunca se tomando, portanto, crítica a eventual carência de mão-de-obra.

Até meados de 1870, a entrada de imigrantes em São Paulo foi relativamente reduzida. Isso fez com que muitos cafeicultores e políticos, que em décadas anteriores eram

contra a entrada de orientais, se colocassem então a favor de sua entrada, afirmando que eles seriam capazes de se sujeitar aos baixos salários pagos na lavoura, bem como às condições de vida impostas aos trabalhadores rurais, semelhantes às dos escravos, podendo ser utilizados até a efetiva libertação destes.¹⁴ Reconheciam, portanto, ainda que não expressamente, que a permanência da escravidão era um impecilho ao livre ingresso de imigrantes europeus. De fato, travava-se aí uma luta em torno de dois modos de produção. O que não se tem destacado suficientemente na historiografia brasileira é a importância da presença dos imigrantes e seus descendentes para o processo de emancipação dos escravos, já que representavam um modo alternativo concreto de produção.

A situação dos imigrantes estabelecidos nas fazendas de café — com dados menos otimistas do que os que eram apresentados por agentes de imigração na Europa aos emigrantes em potencial — aparece no seguinte relatório:

Em geral, o colono recebe uma pequena casa em torno de 4 m de largura e 6 de profundidade, que não possui assoalho nem forro, bem como um terreno de 100 a 120 m e um chiqueiro.¹⁵

Como os agentes eram remunerados pelo número de imigrantes que conseguiam angariar, eles costumavam fazer grandes promessas, afirmando que, uma vez estando em São Paulo, podiam estabelecer-se por conta própria se assim o desejassem, nunca informando que seria necessário possuir algum capital para tal passo, ou que, se emigrassem por conta do governo brasileiro, somente tinham a alternativa de se empregar nas fazendas de café.

No últimos anos do século XIX, as terras que o governo vendia aos imigrantes em São Paulo, nos chamados núcleos coloniais, ficavam no sul do Estado, na região do Iguapé:

terras pobres, inadequadas para a agricultura, levando os imigrantes a abandoná-las em poucos meses. Para aqueles que desejavam estabelecer-se por conta própria nas cidades e dedicar-se a alguma atividade, como sapateiro, pintor, ferreiro ou carpinteiro, avisava-se, através da imprensa na Alemanha e das sociedades de emigração, que seria necessário possuir um capital de pelo menos 2.000 marcos para enfrentar os custos nos primeiros anos.

Um alerta sobre as dificuldades a enfrentar foi fornecido por um imigrante em São Paulo:

Caso aqui se receba 10 mil-réis — 13 marcos por dia —, no fim do mês não sobra nada, pois tudo é muito caro. O litro de leite custa 600 a 700 réis = 78-91 centavos de marco; o quilo de carne de gado, 1,60 marcos; o quilo de café, 2 marcos; o quilo de manteiga, 8,40 marcos; roupas e calçados custam o dobro do que na Alemanha.¹⁶

Isso pode dar uma visão de como era difícil, para uma família constituída por quatro a cinco pessoas, sobreviver com o salário de um trabalhador especializado. Mesmo que trabalhasse até 25 dias por mês, teria então um salário de 250 mil-réis, o que equivalia a 325 marcos: mais da metade deste valor, uma quantia em torno de 189 marcos, já era paga só pelo aluguel.

Enquanto isso, o salário de trabalhadores com profissão semelhante na Alemanha (Berlim) — segundo um estudo de Kuczynski¹⁷ — apresentava os seguintes dados: o salário semanal de um pedreiro permaneceu estável entre 1907 e 1910, sendo de 40,50 marcos; passou, em 1913, para 44,28 marcos. Enquanto isso, um carpinteiro recebia, de 1907 a 1910, 6,75 marcos por dia de trabalho, e, em 1913, passou a 7,38 marcos. Para o aluguel e pão, no ano de 1897, eram gastos 40% do salário. Ainda que houvesse reclamações quanto ao aumento constante do preço do pão — o que encarecia muito a

vida do trabalhador —, a situação na Alemanha era melhor, já que no Brasil, para quem não tinha casa própria, mais da metade do salário era gasto só com o aluguel.

Outra notícia, mostrando as desvantagens de se estabelecer no Brasil para quem trabalhasse por conta própria, registra:

É necessário que já se seja um hábil marceneiro para receber, em São Paulo, 7 a 8 mil-réis por dia (1 mil-réis = 2,10 marcos). Mas existem trabalhadores portugueses e italianos que estão satisfeitos com um salário de 4,5 a 5 mil-réis. À primeira vista, comparando-se tais salários com os usuais na Alemanha, podem parecer muito elevados, e provavelmente são motivo de atração, causando a saída de muitos emigrantes. O custo do salário só pode ser, porém, julgado em relação ao preço. Abaixo de 80,00 mil-réis não se encontra moradia.¹⁸

Não fica bem claro, nessas análises, que tratam da situação dos trabalhadores no Brasil, se se tratavam de operários de fábricas ou de trabalhadores autônomos. Não se pode afirmar de modo tão unívoco que todos os italianos e portugueses estavam satisfeitos com o que recebiam, pois muitos acabaram reemigrando para outros lugares, na esperança de melhorarem de vida. Por outro lado, foram os italianos, juntamente com os espanhóis, que mais se destacaram nas diversas greves feitas para exigir melhores salários.

O fato de poderem sobreviver com tal salário tornou-se possível porque muitos desses últimos imigrantes vieram ao Brasil por um determinado período sem as suas famílias, que permaneciam no país de origem. Se, assim, era-lhes, então, possível sobreviverem sozinhos com tais quantias, o mesmo não acontecia com os alemães e japoneses, que geralmente

imigravam com a família. O tipo de residência não foi especificado, embora se possa concluir que se tratava de uma casa simples, onde residia um operário, localizada em bairro operário, sem nenhum conforto.

Em virtude do desnível entre preços e salários, a mão-de-obra feminina e infantil passou a ser cada vez mais presente nas fábricas de São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo Simão, a remuneração da mão-de-obra era estipulada dentro da conjuntura do mercado de trabalho, segundo os cálculos dos empregadores de cada setor econômico, não sendo, em todo esse período, estabelecido um salário mínimo por força de lei.¹⁹ Em 1891, surgiu uma lei que regulava o serviço de menores nas fábricas, mas que nunca foi seguida. Somente em 1932 é que lentamente começou a ser implantada de fato uma legislação referente ao trabalho de mulheres e de menores.²⁰

Além do elevado custo de vida nas cidades, existiam ainda problemas de ordem política, com que se defrontavam os operários, atingindo principalmente os estrangeiros, em virtude das greves que ocorriam nas fábricas. A condição deles foi avaliada assim:

A situação política não está atrativa. A polícia é poderosa e dedica-se com especial fervor à perseguição do trabalhador estrangeiro. Este está sempre em desvantagem, pois o proprietário só precisa denunciá-lo como insatisfeito e agitador para conseguir que a polícia o livre das pessoas indesejáveis.²¹

A situação dos trabalhadores estrangeiros que participavam de greves tornou-se especialmente difícil após 1907, com a instituição do Decreto nº 1641: estrangeiros podiam ser deportados, bastando uma denúncia de que teriam participado na liderança de uma greve. Um estudo de Martins Rodrigues afirma que a exigência de aumentos salariais constituía-se na

reivindicação básica dos operários, principalmente para os de baixa formação profissional, sendo raras as exigências de melhores condições de emprego.²² Melhoria nas condições de trabalho desejaria, sobretudo, aquele que se identificava de modo definitivo com o seu emprego, e não aquele que, devido à alta rotatividade, só procuraria arrancar o máximo que pudesse enquanto lhe fosse possível.

Até a Primeira Guerra Mundial, a maioria dos operários da indústria brasileira era constituída por estrangeiros. Um levantamento realizado em 1911 aponta que, em 31 fábricas têxteis de São Paulo, foram encontrados, num total de 10.204 operários, somente 1.843 brasileiros. Segundo outro levantamento, realizado em 1920, existiam na indústria paulista, entre proprietários e operários, 136.135 brasileiros e 93.130 estrangeiros.²³ Para a inversão do quadro na década de 1920, contribuíram tanto a guerra quanto a migração interna, principalmente do Nordeste.

A jornada de trabalho era bastante longa, principalmente a dos trabalhadores têxteis: até 1919, os trabalhadores das fábricas mais importantes costumavam trabalhar de nove horas e meia a doze horas diárias, durante seis e até sete dias da semana. No início do século XX, a jornada nesse setor perfazia catorze horas diárias.²⁴ Determinados setores haviam conseguido reduzir a carga horária de trabalho, destacando-se a construção civil, com uma jornada de oito horas; as fábricas de chapéus, com nove horas, e as oficinas mecânicas, com nove a onze horas diárias.²⁵

Para os trabalhadores alemães que decidiram emigrar para o Brasil, especialmente para as fazendas de café, a mudança não ocorreu, como para os trabalhadores do Leste europeu — que trocaram um país menos desenvolvido por um mais desenvolvido ou para encontrar melhores condições

de trabalho. Representava antes uma regressão, tanto nas condições sociais quanto nas atividades que iriam desenvolver no Brasil. Portanto, só podem ser consideradas como motivo de emigração para o Estado de São Paulo: a carência de informações sobre as reais condições encontráveis no campo, a insegurança nas regiões de fronteira e uma absoluta falta de perspectivas em melhorar de vida na Alemanha. O pequeno agricultor alemão, que não conseguia sustentar a família com sua pequena propriedade e não desejava que seus filhos se tornassem proletários na indústria alemã, vendia suas terras e tentava a vida em outro continente.

Os emigrandos esperavam poder adquirir terras e se tornarem colonos: isso foi quase impossível no Estado de São Paulo, onde só tiveram, depois, alguma chance na indústria urbana. Para os que se dirigiram ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o processo foi diferente: prevaleceu nas primeiras décadas a possibilidade de se tornarem proprietários de terra, uma das principais aspirações de milhares de emigrantes alemães. Mais tarde, colaboraram de modo decisivo no processo de industrialização do país.

Mercedes Gassen Kothe

Nota: Trabalho apresentado originalmente no Colóquio do Grupo Migraciones, do Conselho Europeu de Investigações Sociais sobre a América Latina, realizado em Viena, em outubro de 1991.

Notas e referências bibliográficas

1. Fritz Klein. *Deutschland 1897/1898-1917*, Berlim, 1986, p. 68. Ver também: Hans Ulrich Wehler. *Das Deutsche Kaisereich 1871-1918*. Göttingen, 1988, p. 49.
2. Wehler. *op. cit.* p. 53.
3. *Idem.* p. 125.
4. Carl G. Cornelius. Die Deutschen im brasilianischen Wirtschaftsleben. *Schriften des Deutschen Ausland-Instituts*, Stuttgart, 1929.
5. Wehler, *op. cit.*
6. Joachim Streisand. *Deutsche Geschichte von den Anfängen bis zum Gegenwart*. Colônia, 1983, p. 226.
7. Max Weber. *Gesammelte Politische Schriften*. Munique, 1921, p. 13.
8. Lothar Elsner. Zur Stellung der Arbeiterbewegung und Ausländerbeschäftigung im Wilhelminischen Kaisereich und in BRD. In: *Fremderarbeiterpolitik des Imperialismus*. Wilhem Pieck Universität, Rostock, 1978, p. 7.
9. Klein, *op. cit.* p. 69.
10. MLHA Schwerin, Kabinet III. Ata 1082.
11. Emilio Willems. *A aculturação dos alemães no Brasil*. Coleção Brasiliana nº 250. São Paulo, 1980. p. 48. Ver também: *Jornal La Bataglia*, São Paulo, 1906.
12. Lucy Maffei Hutter. *A imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914*, São Paulo, 1986.
13. BArchP, AA Nr. 29663, de 24.03.1895, p. 108.
14. Emilia Viotti da Costa. *Da senzala à colônia*. São Paulo, 1982.
15. GSTA Merseburg. REP 120 CX III, 20, nº 8, vol. 11. Relatório do "Minister für Handel und Gewerbe", de 30/06/1898, pp. 187-188.

16. BArchP, AA, Nr. 30320, p. 40 . Carta publicada no jornal *Groß Frankfurter Angelegenheiten*, 04/06/1913. O autor remenda que é melhor para os desejosos de emigrar a permanecerem na Alemanha.
17. Jürgen Kuczynski. *Darstellung der Lage der Arbeiter in Deutschland von 1900 bis 1917/18*. Berlim, 1967.
- 18 Staatsarchiv Hamburg, Auswanderungsamt I, 373-7-I; C II3. 25/03/1913.
20. Simão, *op. cit.*
21. Staatsarchiv Hamburg, *op. cit.*
22. Leôncio Martins Rodrigues. "Classe operária e sindicalismo no Brasil". *Sindicalismo e sociedade*, São Paulo, 1968.
23. Rodrigues, *op. cit.*
24. Leslie Sheldon Maran. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro. 1890-1920*, São Paulo, 1979. Veja também, Simão, *op. cit.*
25. Simão, *op. cit.*